

**EXCLUSÃO NO NOVO RURAL BRASILEIRO: UMA ANÁLISE SOBRE A
COMUNIDADE RURAL QUILOMBOLA NO MUNICÍPIO DE SÃO MIGUEL DO
GUAMÁ-PA.**

Marcos Paulo Lopes Ferreira



**EXCLUSÃO NO NOVO RURAL BRASILEIRO: UMA ANÁLISE SOBRE A
COMUNIDADE RURAL QUILOMBOLA NO MUNICÍPIO DE SÃO MIGUEL
DO GUAMÁ-PA.**

**EXCLUSION IN RURAL NEW BRAZIL: AN ANALYSIS OF THE
COMMUNITY IN RURAL MUNICIPALITY OF QUILOMBOLA SÃO MIGUEL
DO GUAMÁ-PA.**

Marcos Paulo Lopes Ferreira

Curso de Geografia do Instituto Federal do Pará- IFPA

RESUMO

Este artigo consiste em uma reflexão teórica a respeito da realidade social do camponês pobre, na condição de Quilombola, mediante um panorama de exclusão do espaço rural, sobrevivendo ao descaso do Estado brasileiro no que concerne a ausência de políticas públicas voltadas para seu bem estar social. A inserção do grande capital financeiro no espaço rural intensificou a segregação dos mesmos, no novo rural brasileiro. Nesta conjuntura, destacamos o papel das três correntes da Geografia Agrária sob a ótica dos velhos e novos mitos no novo rural brasileiro. O cenário de análise de tal realidade desenvolveu nas comunidades Quilombolas no Estado do Pará, especialmente, nos município de São Miguel do Guamá na comunidade de: Santa Rita das Barreiras. Metodológico adotou-se a Pesquisa Bibliográfica, a Pesquisa de Campo, equacionada a aplicação de questionário como técnica de coleta de dados. A pesquisa revelou

EXCLUSÃO NO NOVO RURAL BRASILEIRO: UMA ANÁLISE SOBRE A COMUNIDADE RURAL QUILOMBOLA NO MUNICÍPIO DE SÃO MIGUEL DO GUAMÁ-PA.

Marcos Paulo Lopes Ferreira
que as comunidades Quilombolas sofrem com a falta de saneamento, com a ausência do poder público no que diz respeito à saúde, segurança e educação, no espaço rural com outra roupagem.

Palavras-chave: camponês, exclusão social, rural, quilombolas.

ABSTRACT

This article consists of a theoretical reflection on the social reality of the poor peasant, provided Quilombo by a panorama of exclusion in rural areas, surviving the neglect of the Brazilian State regarding the absence of public policies for its social welfare . The insertion of the large financial capital in rural areas intensified segregation thereof, in the Brazilian countryside again. At this juncture, we highlight the role of the three streams of Agricultural Geography from the perspective of old and new myths in the Brazilian countryside again. The reality of such a scenario analysis developed in the Quilombo communities in the State of Pará, especially in the city of São Miguel do Guama in the community of Santa Rita of barriers. Methodological adopted the Bibliographical Research, the Field Research, equated the application questionnaire as a data collection technique. The survey revealed that the Quilombo communities suffer from a lack of sanitation, with the absence of public authorities with regard to health, safety and education in rural areas with different guise.

Keywords: peasant, social exclusion, rural, maroon.

INTRODUÇÃO

O objetivo deste artigo é apresentar de forma sucinta a realidade da exclusão vivida pelos camponeses pobres, sobretudo, os que vivem nas comunidades Quilombolas sob a ótica do Estado capitalista, de base neoliberal que escamoteia as condições de vida e trabalho das populações. As transformações advindas da globalização, ressignificam o rural no campo.

Neste contexto, “A História da escravidão no Pará foi marcada pela resistência de negros e índios que buscaram sua liberdade por meio da fuga, da construção dos

EXCLUSÃO NO NOVO RURAL BRASILEIRO: UMA ANÁLISE SOBRE A COMUNIDADE RURAL QUILOMBOLA NO MUNICÍPIO DE SÃO MIGUEL DO GUAMÁ-PA.

Marcos Paulo Lopes Ferreira

Quilombos e da participação na cabanagem. No século XXI, os descendentes dos quilombos prosseguem na trajetória de luta constante por seus direitos. O alvo principal agora é a titulação das suas terras duramente conquistadas”. Portanto, a afirmação de identidade do camponês, suas diversidades, suas lutas, seus direitos e o seu papel na sociedade.

O processo de construção da identidade quilombola é contribuição singular para o estudo do território. Desse modo, a organicidade dos territórios étnicos através da análise do território, não se restringe somente ao campo de entendimento da afirmação da identidade, mas apresenta-se também como instrumento de compreensão do movimento de etnicidade e da luta pelo direito agrário, que visa à ação política transformadora contrária à “lógica capitalista” no uso e apropriação da terra. Assim, a luta pela terra é uma das estratégias utilizadas por estes sujeitos e que garante a existência desses, enquanto quilombola (MALCHER,2006, p.67)

O objeto do trabalho, em tela são os povos remanescentes quilombolas que também se enquadra como um pequeno agricultor familiar, desprovido de políticas públicas, na qual os mesmos vivem em situação de segregação social/espacial, sobrevivendo com poucos recursos tecnológicos e sua pequena produção de alimentos e hortifrutigranjeiros em uma comunidade isolada, localizadas no município de São Miguel do Guamá no Estado do Pará.

A condução do trabalho seguiu os seguintes momentos:

No primeiro momento abordaremos o surgimento do camponês a partir do contexto histórico, na perspectiva das três correntes da Geografia Agrária, posteriormente, destacamos a inserção do camponês ao mercado, que se apresenta sob duas formas: o camponês pobre assalariado e o camponês rico capitalista.

Por fim, encerramos o artigo analisando o contexto das comunidades remanescentes quilombolas de Santa Rita das Barreiras, localizada no município de São Miguel do Guamá-Pa, identificando seus modos de vida, as suas produções

EXCLUSÃO NO NOVO RURAL BRASILEIRO: UMA ANÁLISE SOBRE A COMUNIDADE RURAL QUILOMBOLA NO MUNICÍPIO DE SÃO MIGUEL DO GUAMÁ-PA.

Marcos Paulo Lopes Ferreira camponesas, suas escolaridades, cultura e religião. Acreditamos que este estudo possa contribuir teoricamente, visto que, aborda a temática dos povos Quilombolas no meio rural brasileiro.

1 ASPECTOS HISTÓRICOS DO CAMPONÊS NO MEIO RURAL

Por volta do século III, quando o sistema escravista de produção entrou em crise, por conta da economia e das invasões germânicas, muitos senhores abandonaram as cidades e foram morar no campo dando origem aos feudos medievais, no qual os romanos mais pobres foram buscar trabalho e proteção nas terras desses senhores mais ricos.

Para poderem utilizar a terra eles eram obrigados a entregar ao proprietário parte do que produziam, ficou instituído então o colonato ou campesinato. O sistema escravista de produção foi sendo substituído pelo sistema servil de produção; nasceu então na Europa o regime de servidão onde o trabalhador rural é servo do grande proprietário.

Neste contexto, no Brasil destacam-se os povos remanescentes Quilombolas, resistentes historicamente desde o período da escravidão até os dias atuais. No estado do Pará, fundamentalmente, nos reportaremos ao município de São Miguel do Guamá, nas comunidades Santa Rita das Barreiras, lócus de nossa investigação no ano 2013 na condição de bolsista de um projeto de extensão que tinha como escopo traçar um diagnóstico da educação Quilombola no Estado do Pará.

Um dos impactos causados pelo desenvolvimento do país está ligado à concentração de capital e o crescimento econômico centralizado nas mãos das elites burguesas, o que ocasionou a mobilidade espacial e social. No plano espacial geográfico, como reflexo do contingente populacional, o Estado cria mecanismos para

EXCLUSÃO NO NOVO RURAL BRASILEIRO: UMA ANÁLISE SOBRE A COMUNIDADE RURAL QUILOMBOLA NO MUNICÍPIO DE SÃO MIGUEL DO GUAMÁ-PA.

Marcos Paulo Lopes Ferreira deslocar a massa trabalhadora para as regiões Sudeste, Centro-Oeste e Amazônia com a promessa de emprego fácil e aquisição de terras. Em contrapartida, a liberação da mão-de-obra rural em todo país, especialmente do nordeste.

Aurbanização acelerada processo de desenvolvimento desigual e combinado que tem como umas de suas características o acúmulo de mão-de-obra barata e pobre (Beckham apud Santos, 1917). Batista (1990), desde o princípio dos anos setenta, os países latino-americanos se veem deparando com uma sucessão de graves problemas de ordem internacional: os dois choques do petróleo, a alta da taxa internacional de juros, a queda dos preços das suas matérias primas. Sob o peso de uma dívida externa asfixiante, contraída em substancial medida para fazer frente a essa constelação de fatores externos adversos, ficaram gravemente comprometidos na região o desenvolvimento econômico e o equilíbrio das contas governamentais.”

Não se pode deixar de reconhecer que a industrialização gera a urbanização, este movimento não significou melhorias de condições de vida muito menos avanço para as regiões, tendo em vista, mesmo diante das isenções de impostos concedidas pelo Estado, as filiais emitiam todo lucro arrecadado com a venda de produtos para as matrizes, o que não se revestia em investimento para o mercado local.

A Amazônia no cenário nacional assume um papel de extrema relevância, quando todos os holofotes se voltam para a questão ambiental, principalmente, por pressão das elites internacionais e locais brasileiras, esta região passa a ser palco de interesses, sobretudo pelo potencial hídrico e biodiversidade. A ocupação da Amazônia deu-se por meiodos programas e projetos que geraram um crescimento populacional, a comercialização da terra e os conflitos sociais pela posse da terra. (Becker e Egler 94)

EXCLUSÃO NO NOVO RURAL BRASILEIRO: UMA ANÁLISE SOBRE A COMUNIDADE RURAL QUILOMBOLA NO MUNICÍPIO DE SÃO MIGUEL DO GUAMÁ-PA.

Marcos Paulo Lopes Ferreira

1.1-As três correntes da geografia agrária

“Oliveira indica a existência de três grandes correntes de interpretação do desenvolvimento capitalista no campo, mostrando que inúmeros autores, no próprio marxismo, “não escaparam à influência tanto do positivismo como do historicismo”“. Em uma destas correntes estão os autores que defendem que no Brasil houve feudalismo, ou relações semi-feudais de produção: Por isso eles advogam a seguinte tese: para que o campo se desenvolva seria preciso acabar com estas relações feudais ou semifeudais e ampliar o trabalho assalariado no campo. Para esses autores, a luta dos camponeses contra os latifundiários exprimiria o avanço da sociedade na extinção do feudalismo. Portanto, a luta pela reforma agrária seria um instrumento que faria avançar o capitalismo no campo. Esses autores costumam afirmar inclusive que o capitalismo está penetrando no campo. Entre os principais estudiosos que seguem essa concepção estão Maurice Dobb, Nelson Werneck Sodré, Alberto Passos Guimarães, Inácio Rangel, etc. O livro Estudos de Geografia Agrária Brasileira, de Orlando Valverde, apresenta esta interpretação... (OLIVEIRA, 1999, p.70)

A segunda corrente, estão os autores que acreditam que o capitalismo irá se desenvolver até o ponto em que o campesinato irá se “diferenciar” internamente, o que significará que, por fim, haja sua própria desaparecimento, tendo os elementos desta classe tornado-se proletários ou capitalistas.

A última vertente preconiza que o campo brasileiro, está se desenvolvendo do ponto de vista capitalista e que os camponeses inevitavelmente irão desaparecer, pois eles seriam uma espécie de ‘resíduo’ social que o progresso capitalista extinguiria. Ou seja, os camponeses ao tentar produzir para o mercado acabariam indo à falência, e perdendo suas terras para os bancos ou mesmo teriam que vendê-las para saldar as dívidas. Com isso, os camponeses tornar-se-iam proletários.

EXCLUSÃO NO NOVO RURAL BRASILEIRO: UMA ANÁLISE SOBRE A COMUNIDADE RURAL QUILOMBOLA NO MUNICÍPIO DE SÃO MIGUEL DO GUAMÁ-PA.

Marcos Paulo Lopes Ferreira

1.2-A luta contra a exclusão e a ressignificação do campo

Kautsky afirma que o fim do camponês está próximo, pois a essência do desenvolvimento do capitalismo no campo consiste na produção de duas classes sociais antagônicas: proletariado e burguesia. E para Lênin o trabalho familiar não existe no campesinato. É pura ilusão tudo acaba sendo cooptado pelo capital. Na perspectiva do capitalismo agrário, teóricos apontam que o único futuro do camponês é se transformar em agricultor familiar, levando ao seu desaparecimento (camponês) e sendo incluso ao mercado. Aliás as ciências humanas ainda não conseguiram nos mostrar de forma satisfatória a diferença entre agricultor familiar e o camponês.

Para Ariovaldo Umbelino de Oliveira é fundamental compreender o papel e o lugar dos camponeses na sociedade capitalista e no Brasil. “Ou entendemos a questão no interior do processo de desenvolvimento do capitalismo no campo ou continuaremos a ver muitos autores afirmarem que os camponeses estão desaparecendo, mas na verdade, eles continuam lutando para conquistar o acesso as terras em muitas partes do Brasil”. (Oliveira. 2004 pág.35).

A educação do campo é um símbolo da luta do camponês que visa a ressignificação e transformação do rural. Essa luta não objetiva somente o direito a terra, mas também o direito a educação, saúde, à organização da produção, pela soberania alimentar, pela preservação das águas e outros. Infelizmente a educação do campo é marcada historicamente pela ausência de boa administração públicas e pedagógicas específicas que organizassem o bom funcionamento das escolas nos espaços rurais.

Outras políticas públicas que fez com que os camponeses intensificassem suas lutas foi no período do governo FHC, na segunda metade da década de 1990, que vieram prejudicar o desenvolvimento socioeconômico dos camponeses (trabalhadores rurais). Essas políticas denominadas de reforma agrária e de novo rural, na verdade são

EXCLUSÃO NO NOVO RURAL BRASILEIRO: UMA ANÁLISE SOBRE A COMUNIDADE RURAL QUILOMBOLA NO MUNICÍPIO DE SÃO MIGUEL DO GUAMÁ-PA.

Marcos Paulo Lopes Ferreira políticas voltadas para o grande capital financeiro comercial e industrial, com a idéia de desenvolvimento no campo, que acaba por dificultar o acesso do camponês a terra (sem terra), segundo Bernardo Mançano.

Com o objetivo de reduzir os assentamentos e transformar o camponês em pequeno agricultor, trabalhador rural, essas políticas no governo de FHC como: criminalização dos assentamentos (ocupação), criação do banco da terra, exclusão de técnicas para o trabalhador rural, criação de linhas de crédito especial limitadas, etc. Acabam por intensificar as lutas pelas terras das classes trabalhadoras rurais (MST e pequenos agricultores).

Para se ter uma idéia sobre o aumento dos trabalhadores rurais, em 1999 haviam 142 mil membros do MST, fazendo protestos em boa parte do Brasil, e já em 2001 eram 479 mil trabalhadores lutando e protestando contra essa dita reforma agrária, que na realidade era voltada somente para beneficiar o grande capital (Fernandez, 2003).

Os camponeses através de lutas vêm resgatando dimensões esquecidas, como o exemplo temos a força do produtor in natura (informal), que na década de 1990 houve um aumento de 129% na produção de leite (SEAB, 2000) por esses trabalhadores. Isso nos mostra claramente que lutam para evitar quedas, evidenciando que o camponês resiste à formalidade do capital, como é o caso das comunidades remanescente Quilombola.

1.3- Identidade e diversidade camponesa

Podemos nos perguntar quais as diferenças e semelhanças das organizações que unem as pessoas que desenvolvem o trabalho familiar e que recebem diversas denominações como: pequeno agricultor, pequeno produtor, agricultor familiar, camponês etc. Segundo Fernandez (2001, p.29-30), o produtor familiar que utiliza os

EXCLUSÃO NO NOVO RURAL BRASILEIRO: UMA ANÁLISE SOBRE A COMUNIDADE RURAL QUILOMBOLA NO MUNICÍPIO DE SÃO MIGUEL DO GUAMÁ-PA.

Marcos Paulo Lopes Ferreira recursos técnicos e está altamente integrado ao mercado não é um camponês, mas sim um agricultor familiar. Desse modo, pode-se afirmar que a agricultura camponesa é familiar, mas nem toda a agricultura familiar é camponesa, ou que todo camponês é agricultor familiar, mas nem todo agricultor familiar é camponês.

Os teóricos da agricultura familiar apresentam uma série de argumentos e elementos para diferenciar o agricultor familiar do camponês, como por exemplo, os trabalhos contíguos de Veiga e Abramovay, que destacam: a integração ao mercado, o papel determinante do Estado no desenvolvimento de políticas públicas e a incorporação de tecnologias. (Veiga, 1991, p. 190-2; Abramovay, 1992, p.21-2).

De acordo com as análises descritas acima, entendemos que os pequenos produtores quilombolas de Santa Rita das Barreiras, podem ser considerados camponeses pelo fato de não estarem altamente integrados ao mercado e por não fazer uso de tecnologias avançadas. Haja vista, os produtores Quilombolas produzem alimento para consumo próprio e comercializam em feiras livres, pelo fato de ser uma produção em baixa escala.

2 A TRAJETÓRIA DOS POVOS QUILOMBOS

Os primeiros estudos levaram a uma referencia histórica do período colonial. Quase todos os autores consultados, sejam autores do presente, sejam autores do passado, por exemplo, do clássico de Perdigão Malheiros A escravidão no Brasil, ensaio histórico, jurídico, social, que é de 1866, até os recentes trabalhos de Clóvis Moura, de 1966, trabalhavam com o mesmo conceito jurídico-formal de quilombo, um conceito que ficou frigorificado.

Esse conceito é composto de elementos descritivos, e foi produzido em decorrência de uma resposta ao rei de Portugal, em virtude de consulta feita ao conselho

EXCLUSÃO NO NOVO RURAL BRASILEIRO: UMA ANÁLISE SOBRE A COMUNIDADE RURAL QUILOMBOLA NO MUNICÍPIO DE SÃO MIGUEL DO GUAMÁ-PA.

Marcos Paulo Lopes Ferreira ultramarino, em 1740. Quilombo foi definido como: “toda habitação de negros fugidos, que passem de cinco, em parte despovoada, ainda que não tenham ranchos levantados e nem se achem pilões nele” (Cons. Ultramarino, 1740). Entendemos que essa definição possuem cinco elementos básicos: a fuga, a situação de quilombos sempre estaria vinculada a escravos fugidos.

O segundo é a quantidade de escravos fugidos de no mínimo cinco, e que a partir de 1740 o limite estipulado era que passassem de cinco. O terceiro uma localização sempre marcada pelo isolamento geográfico, em lugares de difícil acesso e mais perto de um mundo natural e selvagem do que da chamada civilização.

O quarto se refere ao rancho, ou seja, se há moradia habitual consolidada ou não e o quinto seria essa premissa “nem se achem pilões nele”. O pilão vem significar o instrumento que transforma o arroz colhido em alimento, representa o símbolo do autoconsumo e da capacidade de reprodução. O pilão traduz tanto a esfera de consumo e contribui para explicar tanto as relações do grupo com os comerciantes que atuam em mercados rurais, quanto sua contradição com a grande plantação monocultura.

Nos dias atuais, os quilombos representam uma diversidade de culturas (policultura) agrícolas e estão diante de uma continuidade da condição camponesa que evidencia o quilombo como unidade produtiva. A luta pela terra se constitui no campo político e organizacional, por meio do qual a comunidade remanescente de quilombo re-define estratégias. Isto representa uma alternativa de resgate da cidadania do povo negro, através da afirmação de sua identidade étnica. Neste contexto, as comunidades quilombolas passam a se organizar politicamente, buscando ressignificar uma ancestralidade comum que possibilita a construção de uma história compartilhada. Essa população é constituída na sua maioria por descendentes de negros escravizados, que ocupam suas terras tradicionais por várias gerações e buscam a regularização fundiária do território ocupado por séculos. (Malcher, p.10)

Segundo Cordovil (2010), São Miguel do Guamá é um dos municípios paraenses, cuja formação do território remonta ao século XVII, período da colonização dos portugueses na Amazônia. Nessa época, o governo da capitania concedeu sesmarias

EXCLUSÃO NO NOVO RURAL BRASILEIRO: UMA ANÁLISE SOBRE A COMUNIDADE RURAL QUILOMBOLA NO MUNICÍPIO DE SÃO MIGUEL DO GUAMÁ-PA.

Marcos Paulo Lopes Ferreira aos frades do convento do Carmo, onde em uma delas fundaram a fazenda de Pernambuco. A iniciativa fez com que, em 1758, Agostinho Domingos da Siqueira doasse terras para a formação do patrimônio de uma capela. Nesse mesmo ano, o Bispo D. Frei Miguel de Bulhões contribuiu para a formação da freguesia de São Miguel, também conhecida como São Miguel da Cachoeira. É a partir dessa iniciativa que o lugar irá se transformar em povoado, freguesia, vila e município. A formação do então território, constituído de lendas, símbolos, mitos, objetos geográficos e sujeitos políticos deu-se a margem direita da bela paisagem de seu principal rio: o Guamá.

2.1- Aspectos sócio-econômico e cultural da comunidade quilombola de Santa Rita das Barreiras

Para darmos continuidade a pesquisa, fizemos a opção pelo uso do questionário, que foi estruturado em 23 perguntas fechadas e abertas, aplicadas no mês de outubro de 2013, na comunidade de Santa Rita das Barreiras.

A partir da coleta de dados, a etapa subsequente foi fazer a análise dos dados para podermos traçar um perfil dos Quilombolas no meio rural. Concluímos nossa pesquisa com uma amostra de 30 pessoas na comunidade de Santa Rita das Barreiras.

No levantamento dos dados foi constatado que 93% dos Quilombolas sempre trabalharam na terra e 7% não. No que diz respeito ao acesso a terra antes da emissão do título quilombola, estes responderam que adquiriram por meio de: Herança 47% compra 30%, concessão de uso 17%, ocupação e arrendamento 3%.

Todos afirmaram que tem casa própria na comunidade Santa Rita das Barreiras. Ressaltaram que o aprendizado no trabalho na terra decorreu dos seguintes sujeitos: Pai 49%, mãe 43%, avós 6% e parentes 2%. Identificamos que a faixa etária varia de (idade) 0-12= 26%, 13-17= 14%, 18-29= 22%, 30-59= 30%, mais de 60= 8%.

EXCLUSÃO NO NOVO RURAL BRASILEIRO: UMA ANÁLISE SOBRE A COMUNIDADE RURAL QUILOMBOLA NO MUNICÍPIO DE SÃO MIGUEL DO GUAMÁ-PA.

Marcos Paulo Lopes Ferreira

Quanto aos meios de transporte utilizados concluímos que 43% possuem moto, 36% utilizam ônibus, 19% utilizam bicicleta e somente 2% possuem carro.

Em relação ao nível de escolaridade, os sujeitos da comunidade são representados da seguinte maneira: educação infantil 4%, ens. Fundamental 1º ao 5º ano 60%, ens. Fundamental 6º ao 9º ano 19%, ens. Fundamental completo 1,2%, ens. Médio incompleto 7%, ens. Médio completo 7%, ens. Superior incompleto 1,2%, ens. Superior completo 0,6% e nunca frequentaram instituições de ensino 30%.

Quando perguntados sobre sua Participam em alguma organização ou grupo comunitário obtivemos a seguinte resposta: Igreja católica 60%, cooperativa 31%, sindicato 5% e igreja evangélica 4%. Seguida das atividades coletivas na comunidade em que 38% participam de reuniões da associação, 26% de eventos religiosos, 19% de mutirão, 10% de atividades culturais e 7% de atividades esportivas.

Sobre a renda familiar mensal adquirimos as seguintes respostas: 7% recebem menos de um salário mínimo, 50% ganham um salário mínimo, 30% de um a dois salários, 10% de dois a três salários e 3% mais de três salários mínimos. Distribuída primeiramente: 63% dos membros que participam da renda familiar são do sexo masculino e 37% são do sexo feminino. Confirmamos que 40% são aposentados e cerca de 60% não, somados a 90% assalariado e 10% não assalariado. Dentro dessa quantidade de assalariados: 74% são do sexo masculino e 26% do sexo feminino.

A investigação apontou que: 83% dos pesquisados tem roça e 17% não possui. Sendo que, dos que participam das atividades agrícolas 59% são homens e 41% são mulheres. Com as seguintes produções agrícolas: mandioca 30%, verdura 17%, milho 17%, feijão 10%, frutas 8%, açaí 7%, farinha 5%, arroz 5% e macaxeira 5%. A comercialização dos produtos agrícolas é feita da seguinte maneira: 44% vendem nas feiras urbanas, 8% vende na própria comunidade, 4% vende para o poder público e 44% não comercializa.

EXCLUSÃO NO NOVO RURAL BRASILEIRO: UMA ANÁLISE SOBRE A COMUNIDADE RURAL QUILOMBOLA NO MUNICÍPIO DE SÃO MIGUEL DO GUAMÁ-PA.

Marcos Paulo Lopes Ferreira

A partir da categoria de análise sobre “moradia e saneamento” verificamos que 70% tem casa de tijolo, 20% possuem casa de madeira, 7% casa mista e apenas 3% possuem casa de barro. Levando em consideração o sistema de esgoto foram observados que, 65% usam fossa, 29% utilizam o esgoto é a céu aberto e somente 6% possuem sistema de esgoto conectado a rede pública.

Observamos que em relação ao abastecimento de água 70% usam poço e somente 30% utilizam abastecimento de água da rede pública. Os dados sobre o tratamento da água para torná-la potável, segue a seguinte ordem: 58% bebem água clorada, 23% bebem água filtrada e 19% bebem água sem utilizar nenhum tratamento. E quanto ao destino do lixo verificamos que 78% dessas famílias queimam o lixo, 16% enterram o lixo, 3% possuem coleta do lixo e 3% mantém o lixo a céu aberto.

Logo, como não existe saneamento básico, certamente a saúde na comunidade fica vulnerável. Portanto nossa análise dos dados referente à última pergunta que trata da questão de doenças, os respondentes afirmaram que: 61% vão ao médico na cidade, 28% se trata com o agente comunitário de saúde local e cerca de 10% recorre a outros meios.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Entendemos que, somente através de muitas lutas árduas e constantes é que ao longo dos séculos a diversidade camponesa pobre, vem buscando manter seu espaço com dignidade e perseverança, na busca pelo seu melhor desenvolvimento social, contra diversos atores causadores do descaso, segregação e discriminação. O próprio Estado na fase do governo neoliberal precisamente nos anos 90 criou políticas de limitação de créditos ao pequeno camponês o que causou embargo a milhares de famílias, sobretudo aos povos remanescentes quilombolas. Acarretando marchas e protestos de movimentos organizados, por todo o país.

EXCLUSÃO NO NOVO RURAL BRASILEIRO: UMA ANÁLISE SOBRE A COMUNIDADE RURAL QUILOMBOLA NO MUNICÍPIO DE SÃO MIGUEL DO GUAMÁ-PA.

Marcos Paulo Lopes Ferreira

Enquanto no Brasil a reforma agrária não sair do papel, as relações conflituosas entre homens pela terra, território, espaço, lugar identidade, cultura e história, representam situações de desigualdades e exclusão social dos atores que habitam o espaço Amazônico.

Neste cenário, as comunidades remanescentes quilombolas buscam firmar terreno no contexto de uma falha democrática racial. Infelizmente, estes camponeses vivem a margem da sociedade, dos direitos sociais, principalmente sem infraestrutura no que diz respeito à falta de pavimentação nas vias rodoviárias, não existem postos de saúde na comunidade, haja vista que a maior parte da população é composta por crianças, adultos próximos da terceira idade e idosos que todos juntos somam cerca de 64% da população. Pesquisas apontam que essa faixa etária está mais propensa a ficar doente. Essa população também é carente de educação escolar, onde mais da metade se encontra nos cinco primeiros anos do fundamental, menos de 1% conseguiu concluir o ensino superior e 30% nunca frequentaram a escola.

A renda dessa população é baixíssima, pois a metade dos pesquisados recebem em torno de apenas um salário mínimo, e os que recebem menos que isso chega a 7%, e a menor parte somente 3% recebem pouco mais que três salários mínimos. O abastecimento de água, o sistema de esgoto, o saneamento no geral são precários, pois grande parte dessa população 70% não tem abastecimento de água da rede pública e 19% fazem uso da água sem tratamento algum se soma a isso 97% que não tem coleta de lixo, tendo que eliminar o mesmo de forma incorreta, enterrando, queimando e mantendo o lixo a céu aberto.

Em nossa compreensão existem dois fatores que impactam na ocorrência dessas problemáticas o primeiro é o isolamento que gera a segregação, dificultando o acesso aos bens sociais, incluindo os serviços de saúde, segurança e educação bem como a escolaridade ligada à educação. Haja vista que existem raríssimas escolas na

EXCLUSÃO NO NOVO RURAL BRASILEIRO: UMA ANÁLISE SOBRE A COMUNIDADE RURAL QUILOMBOLA NO MUNICÍPIO DE SÃO MIGUEL DO GUAMÁ-PA.

Marcos Paulo Lopes Ferreira comunidade. É sabido que a baixa escolaridade vem afetar na renda e a baixa renda limita a aquisição de bens materiais. O segundo fator é o descaso do poder público para com essas comunidades remanescentes de quilombolas. Onde o Estado democrático quase não se faz presente para garantir o direito dos cidadãos demonstrando que a constituição federal não dar conta de cumprir o que está na lei, pela grande falha administrativa de seus gestores.

REFERÊNCIAS

Origem do feudalismo. Disponível em <http://geoconceicao.blogspot.com/2009/07/origem-do-feudalismo.html> acessado em 25 de março de 2015.

Geografia agrária: perspectivas no início do século XXI. In: OLIVEIRA, Ariovaldo U de; MARQUES, Marta Inez M. (Org.). O campo no século XXI. São Paulo: Casa Amarela; Paz e Terra, 2004, p. 29–70.

MARSCHNER, Walter. Lutando e ressignificando o rural em campo- notas epistemológicas. INTERAÇÕES, Campo Grande, v.12, n. 1 p. 41-52, jan./jun. 2011.

FERNANDES, Bernardo Mançano. Espaços agrários de inclusão e exclusão social: novas configurações do campo brasileiro. Universidade Estadual de Sao Paulo, Presidente Prudente, Brasil. Currículo sem fronteiras, v.3, n.1, pp. 11-27, jan/jun 2003.

ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de. Os quilombos e as novas etnias. In: Quilombos – Identidade étnica e territorialidade. Eliane Cantarino O'Dwyer (Org.). Rio de Janeiro: Editora FGV e ABA, 2002.

MALCHER, Maria Albenize Farias (2006). A Geografia da Territorialidade Quilombola na Microrregião de Tomé-açu: o caso da ARQUINEC – Associação das Comunidades Remanescentes de Quilombos Nova Esperança de Concórdia do Pará. Belém: CEFET. (Trabalho de Conclusão de Curso).